

Direitos Urbanos | Recife – Uma nova forma de articulação e participação política

Resultado de pesquisa finalizada

GT20 – Sociedade civil: protestos e movimentos

Micheline Dayse Gomes Batista
Vilma Barbosa Felix

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é analisar os espaços de discussão criados pelo grupo Direitos Urbanos | Recife e as possibilidades que esses espaços abrem para a ação coletiva e participação política tanto no mundo on-line quanto off-line. Criado em março de 2012 no Facebook como um fórum para debater as questões urbanas da cidade do Recife, no Brasil, o grupo reunia em julho de 2013 cerca de 11.700 participantes. Partimos de um recorte de uma pesquisa quantitativa on-line onde investigamos o perfil dos membros, suas motivações, expectativas, mobilizações e ações dentro de um cotidiano que é, ao mesmo tempo, virtual e “real”. Os resultados são analisados à luz das teorias dos movimentos sociais, movimentos enquanto ações coordenadas que clamam por mudanças culturais e novos modelos participatórios no âmbito da sociedade civil.

Palavras-chave: Movimentos sociais – Redes sociais – Comunidades virtuais

Introdução

O grupo Direitos Urbanos | Recife (DU) surgiu no Facebook em março de 2012 a partir da articulação de pessoas interessadas em política e preocupadas com os problemas da cidade do Recife, situada na região Nordeste do Brasil. Essas pessoas já se conheciam face a face e começaram a se reunir para discutir temas como o tombamento do Edifício Caiçara, no bairro de Boa Viagem, e um projeto de lei que visava proibir o consumo de álcool nas ruas do Recife como medida de combate à violência. Com a ajuda das Redes Sociais da Internet (RSIs), o grupo se expandiu. Em julho de 2013, já reunia cerca de 11.700 participantes.

A primeira ação de visibilidade do DU, já constituído no Facebook, foi o #Ocupe Estelita, realizado em prol da preservação dos armazéns do Cais José Estelita, remanescentes da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Esses armazéns seriam (ou serão) demolidos para dar lugar ao projeto Novo Recife, composto por 13 arranha-céus, iniciativa de uma empresa privada que adquiriu a área através de licitação pública. No dia 14 de abril de 2012, centenas de pessoas compareceram ao local para protestar contra o projeto e pedir uma alternativa que valorizasse uma melhoria na qualidade de vida dos recifenses, levantando questões referentes à utilização e criação de espaços públicos, culturais e de lazer na área, ao invés de um espaço privado que é, por natureza, excludente.

Observamos, assim, que o DU surgiu da necessidade de se ter um fórum capaz de reunir pessoas interessadas em discutir ideias, propostas e novos rumos para a utilização e distribuição dos recursos e mesmo o modelo de desenvolvimento da capital pernambucana. O Facebook, RSI que reúne atualmente quase um bilhão de pessoas no mundo, viabilizou a criação desse espaço que é utilizado para debater temas como o subsídio e a valorização do transporte coletivo, transparência e participação

popular, revisão e regulação do Plano Diretor do Recife, planejamento urbano, valorização do espaço público e deslocamento não-motorizado, entre outros, como forma de alcançar uma cidade mais sustentável do ponto de vista social, urbano e ambiental.

Entretanto, apenas participar das discussões do grupo na internet parece ser insuficiente. O engajamento dos membros é o que está levando o DU a realizar ações estruturadas no mundo off-line, manifestando-se enquanto ator coletivo inserido na sociedade civil organizada. Entre 2012 e 2013 foram realizados pelo menos oito protestos ou ocupações em torno das pautas mais frequentes (#OcupeEstelita 1, #OcupeEstelita 3+12M Ocupa Brasil, #OcupeEstelita+1, #OcupeAgamenon, #OcupeMPPE, #OcupePrefeitura, #GaragemResiste e #OcupeSãoLuiz).

Quando as manifestações de junho de 2013 eclodiram nas ruas de todo o Brasil, multiplicando-se por mais de 80 cidades, entre elas 20 capitais, os membros do DU estavam articulados com outras organizações (como o Movimento Passe Livre – MPL), coletivos, estudantes e trabalhadores, reunidos na Frente de Luta pelo Transporte Público de Pernambuco. No dia 20 de junho, essa Frente, encabeçada por diretórios centrais e diretórios acadêmicos de universidades pernambucanas, conseguiu arrastar cerca de 67 mil pessoas, segundo a Polícia Militar, em um protesto pelas ruas do Centro do Recife.

Com o slogan “Porque a cidade é feita pelas pessoas”, o DU se autodefine como um movimento social, “reconhecido como tal por diversas instituições”, posicionando-se “ao lado dos grupos, coletivos, movimentos e setores da sociedade que defendem intransigentemente a democracia, seus princípios, valores e instituições”¹. O grupo não cita diretamente quais são as instituições que o reconhecem como movimento social, mas podemos inferir relações com Prefeitura do Recife, Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pernambuco (OAB-PE), além da própria Frente de Luta pelo Transporte Público de Pernambuco.

Como resultado de sua articulação e participação política, o grupo ganhou assento na comissão que terá o objetivo de elaborar o projeto de lei municipal que vai criar o Conselho da Cidade do Recife, instância que ficará “responsável pela discussão e acompanhamento das políticas públicas relacionadas com o espaço urbano com foco na melhoria da qualidade de vida na capital pernambucana”². No total, 45 membros compõem essa comissão, entre representantes do poder público; de movimentos populares e sociais; de entidades e instituições profissionais; dos sindicatos e de organizações não governamentais. O DU entrou na cota dos movimentos sociais e populares e provavelmente terá assento no próprio Conselho, quando este for criado.

O objetivo deste trabalho é analisar os espaços de discussão criados pelo DU em torno das questões urbanas da cidade do Recife e as possibilidades que esses espaços abrem para a ação coletiva e participação política tanto no mundo on-line quanto off-line. Para tanto, utilizamos um recorte de uma pesquisa quantitativa on-line que realizamos com 336 membros do DU. Por ora, escolhemos para análise apenas as variáveis mais diretamente relacionadas às questões de ativismo e participação política. A pesquisa foi feita através do *software* Survey Monkey (elaboração do questionário, coleta das respostas e análise dos dados). O *link* para o questionário foi publicado na página do grupo no Facebook e ficou disponível entre os dias 5 e 27 de maio de 2013.

Através da pesquisa, investigamos o perfil dos membros, suas motivações, expectativas, mobilizações e ações dentro de um cotidiano que é, ao mesmo tempo, virtual e “real”. Analisamos os resultados à luz das teorias dos movimentos sociais, movimentos enquanto ações coordenadas que

1 Ver “Descrição e Pautas do Grupo Direitos Urbanos”. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/doc/443429635754621/>>. Acessado em: 30 jul. 2013.

2 Ver “Prefeitura dá mais um passo para criação do Conselho da Cidade”. Disponível em:

<<http://www2.recife.pe.gov.br/prefeitura-da-mais-um-passo-para-criacao-do-conselho-da-cidade/>>. Acessado em: 30 jul. 2013.

clamam por mudanças culturais e novos modelos participatórios no âmbito da sociedade civil. Ao mesmo tempo, procuramos entender como as novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) estão impactando as dinâmicas no cotidiano social, transformando a internet em um fórum de discussões importante, com desdobramentos no tempo e no espaço da vida off-line dos internautas.

Movimentos sociais e internet

As RSIs têm se mostrado grandes aliadas da resistência civil e da luta pela democracia em diversos países do mundo. Basta lembrarmos da Primavera Árabe, cujas campanhas, iniciadas em dezembro de 2010 na Tunísia, utilizam as chamadas mídias sociais da internet, como Facebook, Twitter e YouTube, para informar, organizar e mobilizar. Também foi assim com o Ocupe Wall Street, iniciado em setembro de 2011 nos Estados Unidos, e não poderia ter sido diferente com as manifestações registradas durante quase todo o mês de junho no Brasil.

Para o sociólogo Manuel Castells, que esteve em São Paulo participando como conferencista do fórum Fronteiras do Pensamento, no dia 11 de junho de 2013, o que há por trás de todas essas manifestações, no Brasil e no mundo, é um sentimento de indignação³. Os cidadãos não se sentem respeitados e buscam utilizar o espaço público (que reúne hoje tanto o espaço físico quanto o ciberespaço) para manifestar essa indignação, numa tentativa de mostrar que a cidade é dos cidadãos, não dos políticos que se apropriam dela. Para ele, essas mobilizações são parte de um mesmo movimento, coletivo e global, que não é político e sim social. “São estes movimentos, sociais e não políticos, que realmente mudam a história, pois realizam uma transformação cultural, que está na base de qualquer transformação de poder”⁴.

Esta posição de Castells se relaciona com as teorias dos Novos Movimentos Sociais, principalmente na conceituação utilizada por Melucci (2001), que destaca nos movimentos sociais contemporâneos a importância dos aspectos subjetivos, da cultura política e da ideia de redes sociais. Traz a importância das dimensões culturais, da linguagem, do cotidiano, da formação das identidades coletivas, da reflexividade, da diversidade, que redefinem as questões de tempo e espaço dos atores e da própria ação. A solidariedade, o conflito e a ruptura dos limites do sistema onde ocorre a ação, seriam as três dimensões fundamentais e sem as quais uma ação coletiva não poderia ser entendida como movimento social.

Desta forma, podemos concluir, seguindo Melucci, que um grupo de indivíduos que se reúne na internet para discutir um determinado tema e propor ações, em outras palavras, gerando uma reflexividade, uma identidade e construindo um outro projeto urbano, só se torna um movimento social quando essas ações são concretizadas coletivamente no mundo off-line. Do contrário, seria considerado apenas um fórum de discussão ou, no máximo, uma comunidade virtual.

Ainda não se sabe, contudo, se o papel da internet, enquanto meio de comunicação, é meramente instrumental (organizador das trocas sociais, por exemplo) ou se ela é capaz de transformar as regras do jogo político-social, uma vez que

Os processos de mudança social conflitiva na Era da Informação giram em torno das lutas para transformar as categorias de nossa existência mediante a formação de redes interativas como

3 Ver “Manuel Castells analisa as manifestações em São Paulo”. Recuperado em 16 de junho de 2013, de www.frenteiras.com/canalfronteiras/entrevistas/?16%2C68.

4 Ver “O ponto em comum entre a Praça Taksim e a Avenida Paulista”. Recuperado em 16 de junho de 2013, de <http://colunas.revistagalileu.globo.com/colunistas/2013/06/12/o-ponto-em-comum-entre-a-praca-taksim-e-avenida-paulista/>.

formas de organização e mobilização. Essas redes, que emergem da resistência de sociedades locais, visam superar o poder de redes globais, reconstruindo assim o mundo a partir de baixo. A Internet fornece a base material que permite a esses movimentos engajarem-se na produção de uma nova sociedade. (Castells, 2003, p.118)

Neste sentido, as questões relacionadas à ideia de democracia proporcionada pela internet como estratégia e meio de comunicação levantam algumas questões importantes. Primeiro, enquanto meio de comunicação, pode-se dizer que a internet consegue quebrar as regras do jogo pondo em evidência um outro olhar sobre as mídias tradicionais. É o caso das manifestações junho no Brasil, onde as emissoras de TV e jornais utilizavam inicialmente expressões como “baderneiros” e “vândalos” para se referir aos manifestantes. Nas RSIs começaram a circular outras versões, compartilhadas pelos próprios ativistas e moradores das cidades onde ocorriam os protestos, reportando, por exemplo, a violenta repressão policial. Depois disso, a mídia passou a adotar o discurso da “manifestação pacífica e legítima”.

Se entendemos a comunicação como um direito, observamos que a internet pode funcionar como um meio alternativo de divulgação, denúncias e mesmo de controle das mídias tradicionais e dos vínculos ideológicos a que estão ligadas. Por outro lado, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2011, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que apenas 46,5% da população têm acesso à internet em casa. Significa que mais da metade dos brasileiros está excluída do mundo virtual, o que limita a própria ideia democracia no campo da comunicação.

Outra questão que põe em xeque a ideia de democracia na internet vem da Análise de Redes Sociais (ARS). Barabási sugere que poucos nós (*links*) da rede mundial de computadores seriam muito conectados, constituindo-se *hubs* ou conectores – aqueles que “criam tendências e moda, fazem contatos importantes, espalham novidades” (Barabási, 2009, p.50). Obviamente, os *hubs* têm maior visibilidade, ao passo que a grande maioria dos nós possui poucas conexões. Pouco adianta ter liberdade de expressão se ninguém está ali para acessar o conteúdo postado. De qualquer maneira, se comparada às mídias tradicionais, como a TV, onde a relação é unilateral e somos apenas receptores passivos da informação, na internet temos a oportunidade de receber, produzir e reproduzir conteúdos. Uma vez postados, esses conteúdos ficam à disposição de centenas de milhões de pessoas. Daí a importância da internet para os movimentos sociais.

Segundo Castells, a internet enquanto agora eletrônica global se molda aos movimentos sociais da Era da Informação, tornando-se indispensável por três motivos: i. os movimentos sociais do século XXI se mobilizam fundamentalmente ao redor de valores culturais, para mudar os códigos de significado das instituições; ii. surgem para preencher o vazio herdado das organizações da Era Industrial, como partidos políticos e sindicatos; e iii. são movimentos locais que precisam alcançar um escopo global sob pena de não conseguir combater as fontes reais de poder.

Ainda que não se consiga atingir milhões de pessoas, já que esses movimentos não detêm o controle dos meios de comunicação de massa, “o que se busca é promover a disseminação de idéias e o máximo de intercâmbios. Como também driblar o monopólio de divulgação” (Moraes, 2000, p.142).

Neste cenário, o ciberespaço se torna terreno de disputas sociais, econômicas e principalmente políticas. Passa a ser utilizado tanto por movimentos sociais quanto por políticos para “atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contradominar” (Castells, 2003, p.114). O ciberespaço, acreditamos, não está imune às consequências de uma “confluência perversa” de que fala Dagnino (2004), com o projeto político democratizante e participativo de um lado e, do outro, o projeto neoliberal com a proposta de um Estado mínimo, que ameaça a construção de espaços públicos de participação política da sociedade civil. Assim como em qualquer outro espaço, entendemos que o ciberespaço também é cenário de

disputas de projetos políticos e culturais antagônicos e, devido à velocidade com que nele se dissemina e se produz a informação, também torna-se palco do deslocamento de ideias e de resignificação de conceitos que

Os processos de produção social de representações de ideias politicamente significativas envolvem diferenças, negociações e conflitos entre atores sociais. São processos de construção de sentido, de criação e circulação de significados, de práticas de resignificação, nas quais participam atores nacionais e transnacionais. (Mato, 2004, p.69)

Talvez daí decorram análises simplistas que veem a internet como elemento propulsor das novas sociabilidades, deslocando a importância dos atores, de suas motivações e lutas, como se a própria internet fosse, por exemplo, a motivação básica, o próprio elemento mobilizador que faz as pessoas irem às ruas protestar. Daí também pode decorrer a falta de percepção do ciberespaço como um ambiente natural à sociedade civil sem que necessariamente tenha que ocorrer um esvaziamento do político.

Para atingir nossos objetivos, acreditamos ser importante falar, ainda que brevemente, sobre os conceitos de redes sociais e comunidades sociais, que às vezes se misturam e são tratados como sinônimos. A ideia de “redes sociais” não é fruto das novas tecnologias – seu uso remonta a autores clássicos das ciências sociais como Simmel que, segundo Mercklé (2004, p.1), pode ser considerado como um dos precursores da ARS. A expressão também foi relacionada a movimentos sociais ainda no início dos anos 1990, num momento em que a internet ainda não era explorada comercialmente, por autoras como Scherer-Warren (1993) e Gonh (1997), como perspectiva de consolidação da atuação em redes de movimentos sociais.

Segundo Scherer-Warren, a temática das redes sociais é abordada pelas ciências humanas desde pelo menos a década de 1940, ocupando-se das relações interpessoais em contextos comunitários. Seu desenvolvimento, entretanto, acontece apenas nos anos de 1970, quando ocorre um *boom*, principalmente na sociologia com as teorias dos novos movimentos sociais e a teoria da mobilização de recursos (Scherer-Warren, 2005). Ainda de acordo com autora, as configurações das redes sociais apresentam três dimensões essenciais para sua compreensão: espacialidade, temporalidade e sociabilidade.

Não por acaso, o conceito de comunidade também está ligado a essas três dimensões. O conceito clássico desenvolvido por Tönnies (2001) já trazia uma ligação intrínseca com o território geograficamente localizado. Também incluía um sentimento muito forte de pertença, compromisso mútuo e interdependência. Com o surgimento da internet, muitos autores, a exemplo de Wellman (2001) e Castells (2003), passam a enxergar a comunidade como algo desvinculado do território físico. A ideia geral é a de uma rede de “laços interpessoais que fornecem sociabilidade, apoio, informação, um senso de pertencimento e identidade social” (Wellman, 2001).

Se tomarmos um dos conceitos mais conhecidos de comunidade virtual, aquele desenvolvido por Rheingold (2000), percebemos como as relações sociais foram supostamente “desterritorializadas” com o uso da internet. Sai o território geográfico e entra em cena o espaço cibernético ou ciberespaço. Para Rheingold, “Comunidades virtuais são agregações sociais que emergem da Net quando pessoas suficientes desenvolvem discussões públicas por tempo suficiente, com suficiente sentimento humano, para formar teias de relações pessoais no ciberespaço” (Rheingold, 2000, p.xx).

Tal conceito nos leva a reflexões importantes a partir do objeto empírico deste trabalho. Ora, apesar do DU ter se constituído enquanto grupo no espaço virtual, ele só se realiza enquanto movimento social através das ações promovidas no mundo off-line, isto é, no território geográfico.

Afinal, a razão de ser do grupo é a discussão de problemas e a proposição de alternativas que possam melhorar a qualidade de vida na cidade do Recife. Portanto, na nossa avaliação, os espaços construídos na internet, onde também se produzem e reproduzem as relações sociais contemporâneas, ultrapassam a questão do território. Vão do local ao global.

É importante dizer que, assim como Moraes (2000), não entendemos o ciberespaço como algo dissociado do mundo “real”, concreto. Pelo contrário: existe uma continuidade, uma via de mão dupla, portanto a relação é de complementaridade. É a multiplicidade de atores individuais e coletivos que estabelece as relações sociais, virtuais ou face-a-face, e estas podem ser potencializadas com o uso da internet. É neste sentido que a rede mundial de computadores pode ser considerada um meio eficiente de “revitalizar lutas e movimentos civis, na atmosfera de permutas própria da cultura de redes” (Moraes, 2000). Isso foi constatado através da nossa pesquisa realizada com membros do DU, como veremos adiante. Importante salientar que, por ser uma pesquisa quantitativa não-probabilística, os dados não podem ser generalizados, pois apontam apenas tendências.

DU - Articulação e participação política

A página do grupo DU no Facebook (www.facebook.com/groups/direitosurbanos) é bastante dinâmica. Ali são postados diariamente dezenas de tópicos para discussão. São impressões pessoais dos membros sobre problemas da cidade e da atuação de políticos, fotos, vídeos, documentos, atas e relatos de reuniões, convocatórias para mobilizações, notícias, que rapidamente são comentados e compartilhados entre os participantes. A página também serve para divulgação de eventos diversos e dialoga diretamente com o *blog* do grupo (www.direitosurbanos.wordpress.com), utilizado como ferramenta auxiliar para consolidar as discussões realizadas no Facebook e hospedar arquivos.

Nossa pesquisa mostrou que 46,5% dos membros entrevistados acessam a página do DU no Facebook diariamente e 26,5% mais de uma vez por semana (Tabela 1). Mas nem todas essas pessoas são produtoras de informações. O conteúdo da página é produzido por 33,8% dos membros, percentual que afirmou participar das atividades do grupo na internet postando algum tipo de conteúdo. Significa que a grande maioria (66,2%) apenas lê, acompanha, “curte” e compartilha essas postagens (Tabela 2). De fato, observando a dinâmica do grupo, notamos que há no grupo alguns *hubs*, membros que são mais atuantes do que outros no quesito postagem de conteúdos, “espalham novidades”.

Perguntamos se os entrevistados participam de outros grupos de discussão na internet e constatamos que quase metade deles (49,3%) participa apenas do DU (Tabela 3). Os 50,7% que afirmaram participar de outros grupos de discussão citaram os segmentos: cicloativismo (os grupos Bicicletada e Ameciclo foram bastante citados); profissionais; cultura; questões urbanas (os grupos Contra o Projeto Novo Recife e Salve o Cais José Estelita, intimamente relacionados ao próprio DU); feminismo/Marcha das Vadias; transporte e mobilidade urbana; ecológicos; partidos políticos; vegetarianismo; LGBT⁵; e direitos dos animais. Quase 7% dos que disseram participar de outros grupos não indicaram quais. E 21,4% citaram grupos diversos, sem ligação com essas categorias principais.

Ao se propor discutir, ainda que virtualmente, problemas e soluções para a cidade do Recife, o DU acaba por estabelecer uma forte ligação com o território físico. Tanto é que, dos membros entrevistados, 89% residem no Recife ou em outros municípios da Região Metropolitana e 92% deles afirmaram conhecer outros membros do grupo *pessoalmente*, embora seja importante destacar que quase 10% residem fora de Pernambuco e destes 4,5% fora do Brasil (Tabelas 4 e 5).

5 Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgênero.

A relação entre os mundos on e off-line também se torna clara quando analisamos o grau de comparecimento dos membros pesquisados aos eventos organizados pelo grupo. Acreditamos que o alto percentual de participação dos entrevistados pode decorrer, entre outras coisas, do vínculo com laços primários, do conhecimento off-line. Cerca de 70% deles participaram de pelo menos um dos eventos. Os dois eventos “mais frequentados” pelos membros entrevistados foram o #OcupeEstelita + 1, realizado no dia 28 de abril de 2013 (32,80%) e ao qual compareceram cerca de mil pessoas, de acordo com os organizadores; e o #OcupeEstelita 1 (32,13%), de 15 de abril de 2012, a primeira manifestação “oficial” do grupo (Tabela 6). Não encontramos pelos meios disponíveis uma estimativa do público que compareceu a este primeiro evento.

O #OcupeEstelita 3 + 12M OcupaBrasil, realizado no dia 12 de maio de 2012 obteve 17,4% das menções e, o #OcupeAgamenon, de 11 de agosto de 2012, 15,4% das respostas. O #OcupeAgamenon foi um movimento contrário à proposta de construção de quatro viadutos na Avenida Agamenon Magalhães, principal artéria de ligação entre as zonas Norte e Sul do Recife, atualmente bastante congestionada. Diante da polêmica, em abril de 2013 o Governo de Pernambuco anunciou a desistência do projeto⁶.

Poucos entrevistados disseram ter comparecido ao #OcupeMPPE (6,23%), ao #GaragemResiste (1,64%) e ao #OcupePrefeitura (1,64%). O #OcupeMPPE foi realizado no dia 5 de março de 2013, em frente à sede do Ministério Público de Pernambuco, na Rua do Imperador, contra o afastamento da promotora de Defesa do Meio Ambiente do Recife, Belize Câmara. Belize foi autora de uma ação na Justiça pedindo o embargo do projeto Novo Recife, principal alvo dos protestos do DU.

Já o #GaragemResiste foi um “ato político e cultural” realizado no dia 28 de julho de 2012, em conjunto com a Articulação dos Atingidos pelas Ações da Prefeitura da Cidade do Recife nas Margens do Rio Capibaribe e o Movimento Ecosocialista de Pernambuco. A ideia foi discutir a expulsão de moradores de seus terrenos situados às margens dos rios para serem ocupados empreendimentos imobiliários. O exemplo do antigo bar Garagem, demolido três anos antes, foi utilizado pelo grupo como símbolo da especulação imobiliária nas margens do Rio Capibaribe.

Por fim, o #OcupePrefeitura foi realizado no dia 30 de novembro de 2012 em frente à Prefeitura do Recife para protestar contra a tentativa do Conselho de Desenvolvimento Urbano do Recife (CDU) de aprovar em uma reunião extraordinária, na surdina e ao fim do mandato do então prefeito João da Costa (PT), o projeto Novo Recife. Os manifestantes pediam o cancelamento da reunião respaldados por um parecer jurídico⁷ que apontava irregularidades na composição paritária do Conselho.

A reunião não foi cancelada, mas houve pedido de vistas por parte de alguns conselheiros, ficando remarcada uma nova reunião para o dia 21 de dezembro de 2012. Dois dias antes, o DU entrou com uma ação popular⁸ pedindo o cancelamento de nova reunião até que a composição paritária do CDU fosse regularizada. A ação foi acatada pela Justiça e a reunião não ocorreu. Entretanto, no dia 28 de dezembro daquele ano, a Prefeitura obteve uma liminar e outra reunião foi realizada, ocasião em que

6 Ver “Governo do estado desiste de construir viadutos sobre a Agamenon”. Disponível em:

<http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2013/04/04/interna_vidaurbana.432254/governo-do-estado-desiste-de-construir-viadutos-sobre-a-agamenon.shtml>. Acessado em 30 jul. 2013.

7 Pela lei, o CDU deve ser constituído por 28 conselheiros, sendo 14 do poder público e 14 da sociedade civil. Na ocasião da reunião extraordinária do dia 30 de novembro de 2012, três das quatro vagas reservadas a associações comunitárias e não governamentais estavam sem representantes. A 14ª vaga da sociedade civil não tinha sido sequer indicada. Parecer jurídico disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com/2012/12/01/parecer-juridico-sobre-a-irregularidade-da-reuniao-do-cdu-sobre-o-novo-recife/>>. Acessado em: 30 jul. 2013.

8 Texto da ação popular disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com/2012/12/22/texto-da-acao-popular-contr-a-reuniao-do-cdu-sobre-o-novo-recife/>>. Acessado em: 30 jul. 2013.

o projeto foi finalmente aprovado⁹. A causa parecia perdida até que, no dia 22 de fevereiro de 2013, uma decisão da Justiça, em caráter liminar, suspendeu o processo do projeto Novo Recife, acatando as denúncias de irregularidades feitas pelo MPPE¹⁰. Esta decisão é considerada uma vitória decorrente das mobilizações do DU e de outras entidades da sociedade civil organizada.

Outra bandeira de luta do DU tem sido a defesa do transporte não-motorizado. Neste sentido, também foram significativas as menções de comparecimento dos entrevistados às bicicleteas (12,46%). Através desses eventos, os ativistas do DU reivindicam a instalação de mais ciclovias e ciclofaixas no Recife. Na pesquisa, 9,6% declararam que a bicicleta é o meio de transporte mais utilizado no dia a dia e 5% afirmaram andar a pé. Também constatamos que praticamente metade dos entrevistados (47,5%) se movimenta pela cidade principalmente através do transporte coletivo, sendo 44,7% de ônibus e 2,8% de metrô. Por outro lado, a parcela que utiliza automóvel particular como principal meio de transporte é muito significativa (34,2%), enquanto que 2,5% utilizam motocicleta e 1,2% utilizam táxi (Tabela 7).

Sobre a participação em movimentos sociais, a grande maioria (62,42%) afirmou não participar de nenhum. Os que participam citaram movimentos ecológicos (9,8%), movimento de mulheres (6,86%), movimento estudantil (6,21%), movimento LGBT (4,9%), movimentos religiosos (3,59%), movimentos pacifistas (2,94%), movimento negro (1,3%) e movimento sindical (1,3%). Na categoria Outro foram citados movimentos culturais, de proteção aos animais, movimento antimanicomial, cicloativismo, movimento vegetariano, associações profissionais, entre outros. Um entrevistado citou o Direitos Urbanos como sendo um movimento social (Tabela 8).

Perguntamos se os membros do DU participam de algum partido político. Curiosamente, a esmagadora maioria (90,72%) não participa de nenhuma organização partidária. 9,10% participam do PT (4,81%) e do PSOL (1,37%), sendo que PCdoB, PMDB, PSDB e PV receberam uma menção cada, isto é, significando cada um 0,34% do total de respostas. Quatro entrevistados (1,37%) citaram Outro partido, sendo duas menções para o Partido Pirata e dois para o #Rede, embora legalmente estes ainda não se constituam partidos de fato no Brasil (Gráfico 1).

Sobre o perfil socioeconômico dos membros do DU, de modo geral, pode-se dizer que há um equilíbrio entre membros do sexo feminino e masculino, com leve predominância de homens (51,2%). Pode-se dizer ainda que o grupo é composto majoritariamente por jovens, com 74,4% dos entrevistados possuindo até 34 anos.

Em relação à escolaridade, percebemos que a maioria dos pesquisados (41,2%) possui ensino superior completo e 39,9% pós-graduação. Os números indicam que há um nível de escolaridade alto entre os membros, somando 81,1% de entrevistados com nível superior ou pós-graduação.

No tocante à renda, apuramos que a maioria (29,6%) recebe mais de um até três salários mínimos vigentes no Brasil, isto é, até R\$ 2.034,00. Uma segunda faixa (19,2%) recebe de R\$ 2.035,00 a R\$ 4.068,00 (mais de 3 e até 6 salários mínimos). Juntando as duas faixas, temos 58,8% dos entrevistados ganhando mais de 1 até 6 salários.

Observando a questão que trata da profissão/ocupação, temos um leque bastante variado. No total apareceram 69 categorias diferentes na pesquisa, mas apenas oito pontuaram com pelo menos 2% das menções, somando 65,83%. São elas: Estudante (27,33%); Arquiteto/urbanista (8,07%); Funcionário público (6,83%); Professor (6,83%); Jornalista (6,52%); Designer (4,97%); Sociólogo

9 Ver “Conselho de Desenvolvimento Urbano aprova projeto Novo Recife. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/12/conselho-de-desenvolvimento-urbano-aprova-projeto-novo-recife.html>>. Acessado em: 30 jul. 2013.

10 Ver “Juiz suspende projeto Novo Recife”. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2013/02/22/interna_vidaurbana.424939/juiz-suspende-projeto-novo-recife.shtml#.USgXCUPVr6>

(2,80%); e Advogado (2,48%). Como tendência, podemos dizer que essas são as profissões/ocupações predominantes entre os membros do DU.

O perfil do grupo muito se assemelha aos participantes das manifestações no Brasil e no mundo, em sua maioria: jovens, estudantes ou profissionais liberais, de classe média com um razoável grau de escolaridade, sem vínculos partidários ou engajamento em outros movimentos sociais, mas decididos a ir às ruas em busca de transformações sociais. A falta de vínculo com partidos pode demonstrar um desencantamento com o atual sistema político brasileiro, assim como vemos nas manifestações de outros países, talvez por isso a ausência de alternativas políticas organizadas que expressem os desejos de ruptura e transformação.

Considerações finais

Os dados levantados nos remetem a uma compreensão dialógica sobre o que de fato, hoje, pode ser considerado ativismo, participação política e movimentos sociais. O DU surge como um grupo de pessoas que se conhecem off-line interessadas em discutir e intervir no futuro da cidade em busca de uma melhor qualidade de vida. Graças à internet, essas pessoas puderam se reunir em uma comunidade virtual e encontrar outros interessados nas mesmas questões. Organizados e articulados com outros atores, retornam ao mundo off-line para a realização de ações concretas. A partir disso, assume o status de movimento social ao garantir não apenas um fórum de discussões virtuais, mas ao cavar presença nos espaços de discussão com o poder público e reanimar a participação da sociedade civil nas questões que afetam a cidade. Em outras palavras, o DU parece transitar dialeticamente entre uma comunidade virtual e uma rede interpessoal mobilizadora de ações coletivas no mundo off-line.

Tal fenômeno só se torna possível quando compreendemos o ciberespaço sem cair na cilada de análises românticas ou catastróficas. O ciberespaço não representa um descolamento do mundo real, um espaço fictício, ideal e por isso perfeito se comparado ao mundo off-line. Nem promove, como se acreditava, uma migração em massa do território físico para o virtual. Tampouco anuncia, como dizem os pós-modernos, o fim do real e da história. O ciberespaço possui, no mínimo, uma ambivalência expressa no âmbito da comunicação e da afirmação e reafirmação dos espaços de sociabilidades. Nessa ambivalência transitam elementos constituintes de qualquer sociedade, seja no ambiente físico ou virtual. O ciberespaço também é terreno onde se expressam as dimensões políticas, econômicas e culturais da sociedade contemporânea. Como vimos, ele está vinculado ao campo de luta dos movimentos sociais e, como tal, cria e reproduz um meio de articulação necessária ao ativismo de indivíduos e grupos.

Mesmo com pouco mais de um ano de existência enquanto grupo, é importante dizer que a atuação dos membros do DU junto ao CDU deve garantir assento no Conselho da Cidade, reanimando a atuação da sociedade civil em espaços antes conquistados, mas esquecidos. A junção de um fórum de discussão virtual, que inclui a elaboração de propostas, aliado a ações no mundo off-line, mostrou-se eficaz, tanto na possibilidade de desenvolvimento e fortalecimento de um movimento social, quanto na sua visibilidade e mobilização que podem trazer resultados e conquistas importantes para a cidade do Recife.

Ao se autodefinirem como movimento social, os integrantes do DU explicitam ainda a importância de construir uma narrativa própria para esses movimentos. Ao mesmo tempo, desafiam os modelos analíticos e metodológicos, tornando cada dia mais complexo o que entendemos por movimento social.

Referências

- BARABÁSI, Albert-László (2009). *Linked: a nova ciência dos networks*. Leopardo Editora.
- CASTELLS, Manuel (2003). *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: Grimson, A. La cultura en las crisis latinoamericanas. Buenos Aires, Clacso, 2004. Recuperado de http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/grim_crisis/11Confluencia.pdf
- Fronteiras do Pensamento (2013). *Manuel Castells analisa as manifestações em São Paulo*. Recuperado em 16 de junho de 2013, de www.fronteiras.com/canalfronteiras/entrevistas/?16%2C68
- GOHN, Maria da Glória (2004). *Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- Revista Galileu (2013). *O ponto em comum entre a Praça Taksim e a Avenida Paulista*. Recuperado em 16 de junho de 2013, de <http://colunas.revistagalileu.globo.com/columnistas/2013/06/12/o-ponto-em-comum-entre-a-praca-taksim-e-avenida-paulista/>
- MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petropolis, Vozes, 2001.
- MERCKLÊ, Pierre (2004). Les réseaux sociaux – Lês origines de l'analyse des réseaux sociaux. *CNED, ens-Ish*.
- MORAES, Dênis de (2000). Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, Vol. XXIII, nº 2, p. 142-155.
- MATO, D. Redes transnacionales de actores globales y locales em la producción de representaciones de ideas de sociedade civil. In: Daniel Mato (org.) *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tempos de globalización*. Caracas, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 67-93. Recuperado de <http://www.globalcult.org.ve/pub/Rocky/Libro2/Mato.pdf>
- RHEINGOLD, Howard (2000). *The virtual community: homesteading on the eletronic frontier*, Cambridge, London: MIT Press.
- SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo, Loyola, 1993.
- SCHERER-WARREN, I. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. *nueva sociedad*, n. 196. Recuperado de http://www.nuso.org/upload/articulos/3250_1.pdf
- TÖNNIES, Ferdinand (2001). *Community and civil society*. Cambridge: Cambridge University Press.

WELLMAN, Barry (2001). Physical place and cyberplace: the rise of personalized networking. *Journal of Urban and Regional Research* n° 25.

Anexos

Tabelas e gráficos

Tabela 1

Frequência de acesso à página do grupo Direitos Urbanos Recife no Facebook		
Opções de resposta	Porcentagem de respostas	Contagem de respostas
Diariamente	46,2%	145
1 vez por semana	14,3%	45
Mais de 1 vez por semana	26,4%	83
A cada 15 dias	2,9%	9
1 vez por mês	0,6%	2
Esporadicamente	9,6%	30
Questão respondida		314
Questão não respondida		22

Fonte: Pesquisa direta

Tabela 2

Formas de participação nas discussões do grupo no Facebook (Resposta múltipla)		
Opções de resposta	Porcentagem de respostas	Contagem de respostas
Apenas lendo/acompanhando as postagens	63,6%	194
Curtindo as postagens	70,5%	215
Compartilhando as postagens	60,0%	183
Comentando as postagens	57,0%	174
Postando	33,8%	103
Questão respondida		305
Questão não respondida		31

Fonte: Pesquisa direta

Tabela 3

Participação em outro(s) grupos de discussão na internet			
Opções de resposta	Porcentagem de respostas	de	Contagem de respostas
Não. Apenas do Direitos Urbanos Recife	49,3%		146
Sim. Qual(is)?	50,7%		150
Questão respondida			296
Questão não respondida			40

Fonte: Pesquisa direta

Tabela 4

Local de residência		
Opções de resposta	Porcentagem de respostas	Contagem de respostas
No Recife	71,10%	239
Na Região Metropolitana do Recife	17,90%	60
No interior de Pernambuco	1,50%	5
Fora de Pernambuco (outro estado)	5,10%	17
Fora do Brasil (outro país)	4,50%	15
Questão respondida		336
Questão não respondida		0
Se conhece outros membros do grupo Direitos Urbanos Recife pessoalmente		
Opções de resposta	Porcentagem de respostas	Contagem de respostas
Sim	92,0%	287
Não	8,0%	25
Questão respondida		312
Questão não respondida		24

Tabela 5

Tabela 6

Participação em eventos promovidos pelo grupo no mundo "real"/off-line (Resposta múltipla)		
Opções de resposta	Porcentagem de respostas	Contagem de respostas
#OcupeEstelita 1 (15 de abril de 2012)	32,13%	98
#OcupeEstelita 3 + 12M OcupaBrasil (12 de maio de 2012)	17,40%	53
#Ocupe Estelita + 1 (28 de abril de 2013)	32,80%	100
#OcupeAgamenon (11 de agosto de 2012)	15,40%	47
#Ocupe MPPE	6,23%	19
#Ocupe Prefeitura	1,64%	5
#GaragemResiste (28 de julho de 2012)	1,64%	5
Palestras, seminários e debates indicados pelo grupo	26,23%	80
Audiências e consultas públicas indicadas pelo grupo	27,87%	85
Eventos culturais indicados pelo grupo (cinema, brechó etc.)	22,30%	68
Bicicletadas indicadas pelo grupo	12,46%	38
Nenhum	30,16%	92
Outro (especifique)	1,97%	6
Questão respondida		305

Questão não respondida **31**

Fonte: Pesquisa direta

Tabela 7

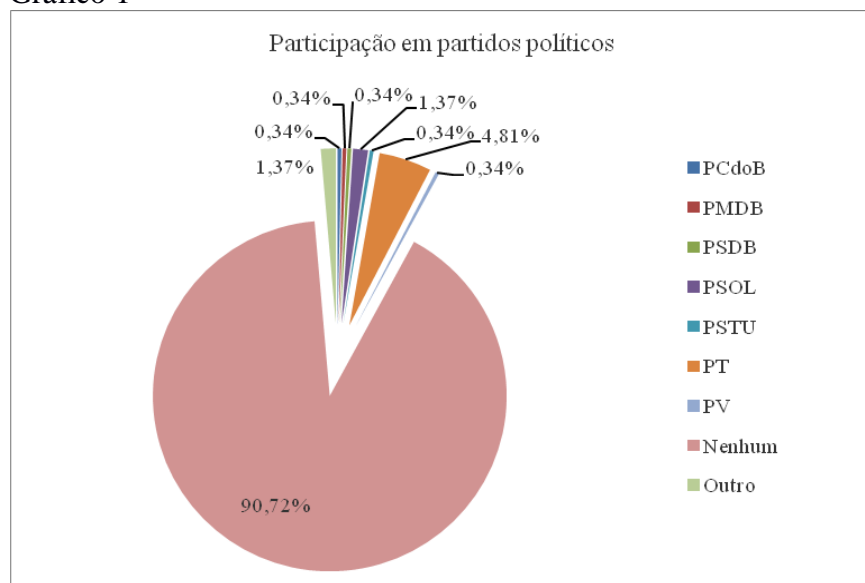
Tipo de transporte utilizado na cidade		
Opções de resposta	Porcentagem de respostas	Contagem de respostas
Bicicleta	9,6%	31
Ônibus	44,7%	144
Metrô	2,8%	9
Moto	2,5%	8
Carro particular	34,2%	110
Táxi	1,2%	4
Nenhum. Ando a pé	5,0%	16
Questão respondida		322
Questão não respondida		14

Fonte: Pesquisa direta

Tabela 8

Participação em movimentos sociais		
Opções de resposta	Porcentagem de respostas	Contagem de respostas
Movimento de mulheres	6,86%	21
Movimento negro	1,30%	4
Movimento LGBT	4,90%	15
Movimentos pacifistas	2,94%	9
Movimentos ecológicos	9,80%	30
Movimentos religiosos	3,59%	11
Movimento sindical	1,30%	4
Movimento estudantil	6,21%	19
Nenhum	62,42%	191
Outro (especifique)	11,44%	35
Questão respondida		291
Questão não respondida		45

Gráfico 1



Fonte: Pesquisa direta